

Como o Brasil deixou a vanguarda do combate a crimes ambientais para virar vilão do desmatamento

ufmg.br/comunicacao/noticias/como-o-brasil-saiu-da-vanguarda-no-combate-a-crimes-ambientais-para-ser-vilao-do-desmatamento

Meio Ambiente

Dinâmica de 20 anos e acontecimentos cruciais que mudaram a rota de uma trajetória de sucesso são analisados por pesquisadores da UFMG em artigo na Scientific Reports

quarta-feira, 24 de janeiro 2024, às 18h29 atualizado em terça-feira, 30 de janeiro 2024, às 10h05



Área desflorestada da Amazônia: dinâmica do desmatamento foi afetada por mudanças-chave na governança ambientalFoto: Marcelo Camargo | Agência Brasil

O arcabouço institucional brasileiro de combate a crimes ambientais já foi considerado um dos mais avançados do mundo, e, entre os anos de 2004 e 2012, o país foi capaz de reduzir em 84% o desmatamento na Amazônia. Entretanto, de 2013 até 2022, houve um aumento de 60% na taxa de desmatamento no bioma. Agora, o governo federal luta para retomar o controle da situação e conseguiu diminuir os níveis de supressão florestal na região em 2023.

Diante desse cenário, pesquisadores do Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) da UFMG e parceiros analisaram mudanças-chave que impactaram a dinâmica do desmatamento na Amazônia de 2000 a 2020 e alguns acontecimentos cruciais entre 2018 e 2022.

O trabalho, intitulado *Lessons from the historical dynamics of environmental law enforcement in the Brazilian Amazon*, acaba de ser publicado na revista *Scientific Reports*. Nele, foram avaliados indicadores como mudanças na intensidade da aplicação da lei, na eficiência da fiscalização, alterações no processo legal e, por último, as mudanças na capacidade institucional e militarização.

Os pesquisadores concluíram que, de 2000 a 2011, investimentos no crescimento e aperfeiçoamento técnico das equipes do Ibama e ICMBio, bem como melhorias no Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes) e a criação do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), ambos sob responsabilidade do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e fundamentais para melhoria do monitoramento do desmatamento, possibilitaram a intensificação e o aumento da eficiência da fiscalização.

Durante esse período, foram emitidos mais 19,6 mil embargos ambientais e 52 mil multas no valor de 2,6 bilhões de dólares, abrangendo uma área de 1,4 milhão de hectares. Por meio das informações de geolocalização que passaram a ser incorporadas cada vez mais aos autos, os pesquisadores puderam constatar uma grande correspondência entre as áreas autuadas e o desmatamento ilegal detectado por satélite.

Reação ruralista

Como consequência da fiscalização mais rígida e eficiente, forças políticas ruralistas pressionaram pela reforma do Código Florestal Brasileiro, consolidada em 2012, e, assim, conseguiram anistia referente a 58% do desmatamento ilegal realizado antes de 2008 e provocaram o comprometimento de diversos processos legais em andamento. A estimativa é de que 11,4 mil multas por infrações contra a flora, no valor de US\$ 1,07 bilhão, tenham sido suspensas.

Entre 2012 e 2018 foram emitidos 24 mil embargos e 32,3 mil multas, no valor de US\$ 3,8 bilhões, que cobriam um universo de 1,9 milhão de hectares, mas o valor das penalidades foi sendo reduzido ao longo do tempo. A comparação entre o número de propriedades rurais e as áreas de desmatamento ilegal alvo de operações de campo sugere uma queda na eficiência da fiscalização a partir de 2012 e um aprofundamento dessa ineficácia após 2018.

Em relação a questões legais, os pesquisadores avaliam que a criação do processo de conciliação e a centralização dos julgamentos por crimes ambientais em 2019 aumentaram a probabilidade de impunidade para quem desmata ilegalmente. Enquanto o número médio anual de multas pagas era de 1.017, no período de 2004 a 2018 esse número caiu para 480 em 2020.

Em 2021, o número de processos que aguardavam julgamento no Ibama chegava perto de 99 mil. No entanto, apenas 95 servidores civis estavam designados a atuar como conciliadores, 27 autoridades estavam aptas a julgar em primeira instância e apenas uma na segunda e mais alta instância, o que revela a deficiência no quadro de recursos humanos para dar conta dessa demanda. Como consequência, em 2022, apenas 250 audiências de conciliação foram concluídas e menos de 2% de autos de infração foram lavrados no mesmo período.

Em comparação ao período 2012-2018, o número de multas pagas resultantes desses processos despencou 97%, em 2020, e 85%, em 2021.

Transferência de operações custou caro

Em relação à capacidade institucional, a mudança mais significativa foi a transferência da liderança das operações do Ibama e do ICMBio – historicamente os grandes responsáveis pela maior parte do combate aos crimes ambientais na Amazônia – para as Forças Armadas.

O resultado foi o crescimento dos alertas de desmatamento em 113%, em 2019, e 60%, em 2020, durante as operações Verde Brasil e Verde Brasil 2, do exército. A extensão de área queimada na Amazônia em 2020 atingiu o mesmo patamar de 2010, ano de seca extrema no bioma. As operações de inspeção caíram abaixo da média histórica especialmente em 2020, os autos de infração por crimes contra a flora caíram 65% no mesmo ano e o confisco e a destruição de equipamentos e embargos diminuíram 83% e 87%, respectivamente.

Os custos, porém, foram muito mais altos do que sob a liderança dos órgãos ambientais. Enquanto entre 2004 e 2020, os gastos totais do Ibama com fiscalização somaram 338 milhões de dólares, as operações militares Verde Brasil 1 e 2 custaram 90,3 milhões de dólares. Em dois anos de operações militares, foi gasto cerca de um terço do valor total despendido pelo Ibama em 16 anos, e o resultado foi o crescimento de 62% da taxa de desmatamento na comparação com a média anual entre 2009 e 2018.

Intervenções de governança

Apesar de extremamente negativos, esses apontamentos, na avaliação dos autores do estudo, indicam que várias possibilidades de intervenções de governança podem contribuir para que o Brasil restabeleça sua posição de vanguarda no combate aos crimes ambientais. “Para além de aumentar autuações e embargos, é necessário fazê-los valer, concluir os julgamentos das multas, aliar o gasto público com governança efetiva”, defende o pesquisador associado do CSR Felipe Nunes, líder do estudo.

“As instituições financeiras e agências sanitárias ainda não conseguem impedir que desmatadores ilegais vendam seus produtos ou obtenham crédito, porque eles já sabem como burlar e esconder a origem contaminada de seus produtos. Nesse contexto, instrumentos públicos capazes revelar o desmatamento de fornecedores diretos e indiretos de commodities, como as plataformas SeloVerde PA e MG, em conjunto com programas de regularização ambiental em larga escala, serão cruciais para reduzir o desmatamento nos próximos anos”, sugere o pesquisador.

Artigo: *Lessons from the historical dynamics of environmental law enforcement in the Brazilian Amazon*

Revista: Scientific Reports